

Câmara Municipal de Ramilândia

Av. XXV de Julho, 890 – Centro, Ramilândia – PR

CNPJ: 00.980.909/0001-53 CEP 85.888-000

Fone/Fax: (45) 3258-8000 / E-mail: camaramunicipalderamilandia@gmail.com

www.camararamilandia.pr.gov.br



EDITAL DE CONCURSO PÚBLICO Nº 009/2023

PUBLICA A RESPOSTAS AOS RECURSOS CONTRA O GABARITO PROVISÓRIO DAS QUESTÕES DA PROVA OBJETIVA DO CONCURSO PÚBLICO DA CÂMARA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA, EDITAL 001/2023.

A VICE-PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA, ESTADO DO PARANÁ, no uso de suas atribuições legais, considerando a publicação do Edital nº 001/2023 em 28/02/2023, de abertura de inscrições e normas para o Concurso Público.

TORNA PÚBLICA: As respostas aos recursos da Prova Escrita (objetiva), para os candidatos com inscrição homologada publicada no Edital 001/2023, conforme anexo deste edital.

Art.1º - As respostas aos recursos interpostos pelos candidatos contra o Gabarito Provisório das questões da Prova Objetiva, para os candidatos conforme Anexo deste Edital.

Art. 2º - Os pontos relativos às questões anuladas serão atribuídos a todos os candidatos do respectivo cargo.

Art. 3º - O Gabarito Definitivo da prova Objetiva para todos os cargos será publicado no dia 23/05/2023.

Ramilândia, 23 de maio de 2023

CAMILA FERNANDES BRITES

Vice-presidente da Câmara Municipal de Ramilândia/PR

Designação - Resolução 01/2023

RECURSOS

Inscrição	Cargo	Questão/ Alternativa	Justificativa	Resposta	Status
000160	ADVOGADO	2-C	<p>Com o devido respeito ao entedimento da Banca Examinadora, em análise detida da questão se verifica que possui duas assertivas passíveis de marcação; Explica-se; A expressão \"inventário léxico\" se relaciona a especificidade existente em diversas profissões, diante das peculiaridades de cada qual em vista da tecnicidade decorrente do exercício da profissão, conforme se constata do texto. Neste panorama, não se pode descartar que a linguagem técnica esta relacionada: assertiva C) às relações morfosintáticas específicas das áreas profissionais, como regência e concordância. Isso por que, é notório que cada área profissional possui regência e concordância próprias relacionadas a tecnicidade do vocabulário léxico existente, a par da linguagem padrão, inclusive, no que tange as relações sintéticas e morfológicas. De outro Norte, a assertiva \"B\" tida como correta destoa da lógica ao se referir a \"setores da sociedade\" pois a questão trata de comunidades profissionais, ou seja, se refere a tecnicidade profissional e a ao vocabulário próprio de cada profissão, e não a setores em específico da sociedade, motivo pelo qual se entende que a redação se encontra confusa. Isto posto, em vista da existência de duas assertivas passíveis de marcação, pede respeitosamente, seja reconsiderado o gabarito. Atenciosamente.</p>	<p>Em resposta ao recurso impetrado contra o gabarito da questão 02, observa-se o que segue:</p> <p>A expressão \"inventário léxico\" diz respeito ao repertório de palavras existentes numa determinada língua, ou seja, ao rol de palavras com semantema, como substantivos, adjetivos e verbos. Portanto, não é correta a afirmação dada em C, pois não se trata de questões morfosintáticas, como regência e concordância, aspectos gramaticais que não expressam a linguagem técnica das áreas. A expressão \"determinados setores da sociedade\" é genérica e pode perfeitamente recobrir a expressão \"diversas comunidades menores compreendidas naquela comunidade extensa\", de que trata o texto. O argumento de que \"a assertiva \"B\" tida como correta destoa da lógica ao se referir a \"setores da sociedade\" pois a questão trata de comunidades profissionais, ou seja, se refere a tecnicidade profissional e a ao vocabulário próprio de cada profissão, e não a setores em específico da sociedade\" desconsidera que a atividade profissional é apenas um exemplo – ainda que o mais enfatizado – de atividade social, dado ao lado de \"atividades científicas\" e \"atividades lúdicas\". Portanto, \"determinados setores da sociedade\" ultrapassa a noção de área profissional, abarcando também outras atividades sociais. A substituição da expressão \"determinados setores da sociedade\" por \"comunidades profissionais\", como indica-se no recurso impetrado, resultaria em incoerência em relação ao conteúdo do texto, já que tal restrição não está dada no texto-base.</p> <p>Logo, o recurso não procede, ficando mantido o gabarito da questão.</p>	INDEFERIDO
000160	ADVOGADO	13-C	<p>Com o devido respeito ao entedimento da Banca Examinadora, em análise detida da questão se verifica que o</p>	<p>Conforme suporte da Microsoft (Criar uma referência externa</p>	INDEFERIDO



gabarito deve ser alterado.
Explica-se;

A questão pede qual o recurso no Microsoft Excel 365, que permite criar referência a uma célula em outra planilha ou em outro arquivo.
Conforme se extrai do site oficial da Microsoft o comando correto seria (REFERÊNCIA CRUZADA), assertiva "C", vejamos:

Criar uma referência cruzada

Word para Microsoft 365 Word 2021 Word 2019 Word 2016 Word 2013 Word 2010 Mais...

Uma referência cruzada permite criar vínculos com outras partes do mesmo documento. Por exemplo, você pode usar uma referência cruzada para criar vínculo com um gráfico que aparece em algum lugar no documento. A referência cruzada aparece como um link que leva o leitor até o item referenciado.

Disponível em: <https://support.microsoft.com/pt-br/office/criar-uma-refer%C3%Aancia-cruzada-300b208c-e45a-487a-880b-a02767d9774b#:~:text=Uma%20refer%C3%Aancia%20cruzada%20permite%20criar,leitor%20at%C3%A9%20o%20item%20referenciado.>

Isto posto, pede respeitosamente, seja reconsiderado o gabarito.
Atenciosamente.

Com o devido respeito ao entedimento da Banca Examinadora, em análise detida da questão se verifica que o gabarito deve ser alterado.

Explica-se;
A questão pede qual a funcionalidade do recurso "PROCX" presente no Excel, no pacote Microsoft Office 365.
Conforme se extrai do site oficial da Microsoft a função "PROCX" possui a seguinte funcionalidade, vejamos:

(link) para um intervalo de células em outra workbook - Suporte da Microsoft), o recurso do Microsoft Excel 365 que permite criar uma referência a uma célula em outra planilha ou em outro arquivo se chama referência externa ou link. Nota-se, que a referência cruzada, é utilizada para criar vínculos com outras partes do mesmo documento. Dessa forma, mantém-se a alternativa correta, letra B.

000160 AVOGADO

15-A

De fato, conforme suporte da Microsoft (Função PROCX - Suporte da Microsoft): a função PROCX pesquisa um intervalo ou uma matriz e retorna um item correspondente à primeira correspondência encontrada. Se não houver uma correspondência, então o PROCX poderá retornar a correspondência mais adequada (aproximada). Ainda, o suporte complementa, é utilizada para localizar coisas em linhas de uma tabela ou de um intervalo. Com o PROCX, você

DEFERIDO

000126

ADVOGADO

20-A

Sintaxe

A função PROCX pesquisa um intervalo ou uma matriz e retorna um item correspondente à primeira correspondência encontrada. Se não houver uma correspondência, então o PROCX poderá retornar a correspondência mais adequada(aproximada).

Disponível

em: [https://support.microsoft.com/pt-br/office/fun%C3%A7%C3%A3o-procx-b7fd680e-6d10-43e6-84f9-88eae8bf5929#:~:text=A%20fun%C3%A7%C3%A3o%20PROCX%20pesquisa%20um,correspond%C3%Aancia%20mais%20adequada\(aproximada\).](https://support.microsoft.com/pt-br/office/fun%C3%A7%C3%A3o-procx-b7fd680e-6d10-43e6-84f9-88eae8bf5929#:~:text=A%20fun%C3%A7%C3%A3o%20PROCX%20pesquisa%20um,correspond%C3%Aancia%20mais%20adequada(aproximada).)

Diante da descrição acima, podemos concluir que a assertiva que mais se aproxima do comando da questão se trata da letra "A", pois o comando PROCX localiza a primeira ocorrência de uma célula em uma tabela ou intervalo, e não somente em uma tabela horizontal, conforme se extrai da assertiva "C" tida como correta.

Isto posto, pede respeitosamente, seja alterado o gabarito para a assertiva "A".

Atenciosamente.

Prezada Banca de Concurso Unioeste,

Em relação à questão sobre a decretação da indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa com a nova Lei nº 14.230/2021, gostaria de apresentar um recurso, demonstrando que a afirmação apresentada está incorreta. Conforme o artigo 7º, § 1º, da Lei nº 8.429/1992, com a redação dada pela Lei nº 14.230/2021, a indisponibilidade de bens pode ser decretada liminarmente, sem a oitiva prévia do requerido, em decisão fundamentada, apenas nos casos em que a oitiva prévia pudesse resultar risco de dissipação ou ocultação de bens ou quando houver outras circunstâncias que recomendem a medida de urgência, não podendo a urgência ser presumida.

No entanto, é importante destacar que a Constituição Federal de 1988 prevê, em seu artigo 5º, inciso LV, o direito ao contraditório e à ampla defesa como princípios fundamentais do processo civil. A Lei nº 14.230/2021 não pode, portanto, ser interpretada de forma a violar esses princípios constitucionais.

De acordo com a jurisprudência do Supremo Tribunal Federal, a decretação da indisponibilidade de bens sem a oitiva prévia do réu pode violar o princípio do contraditório e da ampla

pode procurar em uma coluna por um termo de pesquisa e retornar um resultado da mesma linha em outra coluna, independentemente de qual lado a coluna de retorno esteja. Portanto, a alternativa C que afirma que o recurso "PROCX" é usado para procurar valores em uma tabela horizontal, a partir de uma determinada condição está incorreta, visto que pode ser utilizada para buscar valores tanto em linhas quanto colunas, portanto, tabelas horizontais ou verticais.

Dessa forma, a alternativa A se trata da opção correta.

Gabarito alterado.

Não assiste razão ao candidato, uma vez que a questão solicitava que fosse marcada a única alternativa INCORRETA sobre o pedido de indisponibilidade de bens do réu na ação de improbidade administrativa, sem fazer qualquer exigência quanto a audiência, tendo o candidato apresentado interpretação extensiva a questão. A resposta a questão é a alternativa "C", com fundamento no §6º do artigo 16 da Lei 8429/1992, que permite a substituição por caução idônea.

INDEFERIDO

000126

ADVOGADO

19-E

defesa, sendo uma medida excepcional que deve ser interpretada restritivamente, a fim de garantir a proteção dos direitos fundamentais do réu.

Assim, a afirmação apresentada na questão está incorreta, uma vez que a Lei nº 14.230/2021 não permite a decretação da indisponibilidade de bens na ação de improbidade administrativa sem a oitiva prévia do réu, salvo em casos excepcionais de comprovada urgência ou risco de ineficácia da medida, devendo sempre ser respeitado o princípio do contraditório e da ampla defesa.

contudo a alternativa C, apresentada no Gabarito também esta incorreta.

Diante do exposto, solicito a reconsideração da questão e a correção do gabarito, tornando NULA a questão.

Prezados membros da banca examinadora,
Venho por meio deste recurso solicitar a nulidade da questão número 19 da prova, aplicada no concurso da UNIOESTE, por apresentar duas alternativas corretas, o que configura uma ambiguidade na formulação da questão.

As alternativas C e D são passíveis de serem consideradas corretas, visto que ambas configuram atos de improbidade administrativa que atentam contra os princípios da administração pública.

Diante disso, solicito que a questão seja anulada, tendo em vista a sua falta de clareza e objetividade, prejudicando o desempenho dos candidatos que se depararam com essa questão.

A letra C está correta. A negação da publicidade aos atos oficiais, exceto em razão de sua imprescindibilidade para a segurança da sociedade e do Estado ou de outras hipóteses instituídas em lei, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública. Essa conduta viola o princípio da publicidade, que é um dos princípios fundamentais da administração pública, previsto no artigo 37 da Constituição Federal.

É importante destacar que a Lei nº 8.429/1992, que trata da improbidade administrativa, estabelece várias condutas que configuram atos de improbidade administrativa, que podem ser enquadradas em três categorias: enriquecimento ilícito, prejuízo ao erário e violação aos princípios da administração pública. As letras C e D correspondem a essa última categoria, que trata de condutas que atentam contra os princípios da administração pública.

A conduta que, nos termos da Lei nº 8.429/1992 alterada pela Lei nº 14.230/2021, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da

Não assiste razão aos candidatos, uma vez que a questão solicitava que fosse marcada a única alternativa que nos termos da Lei nº 8.429/1992 alterada pela Lei nº 14.230/2021, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade. A resposta ao enunciado da questão está presente na alternativa "C", com fundamento no artigo 11, IV, da Lei nº 8.429/1992 com redação dada Lei nº 14.230/2021. A alternativa "D" diferentemente do que alega o candidato, não constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, mas constituía-se em ato contra os princípios da Administração Pública, revogado pela Lei nº 14.230/2021.

INDEFERIDO

administração pública em relação a alternativa D: \ "Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência\".

Essa conduta configura uma violação ao dever de legalidade, que é um dos princípios fundamentais da administração pública, conforme estabelecido no artigo 37 da Constituição Federal. Além disso, a conduta também viola os deveres de honestidade e imparcialidade, que são igualmente fundamentais na atuação do agente público.

Embora a letra D seja a conduta NÃO expressa na Lei nº 8.429/1992 alterada pela Lei nº 14.230/2021 como ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, é importante ressaltar que outras condutas também podem configurar atos de improbidade administrativa, ainda que não estejam expressamente previstas na lei.

Nesse sentido, é importante destacar que a Lei de Improbidade Administrativa tem como objetivo coibir atos que violem os princípios da administração pública e que causem prejuízo ao erário ou à sociedade de alguma forma. Assim, qualquer conduta que atente contra esses princípios e que cause dano ao patrimônio público pode ser considerada um ato de improbidade administrativa.

No caso da letra D, a conduta de praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto na regra de competência claramente viola o dever de legalidade e, conseqüentemente, os demais deveres fundamentais da administração pública, como honestidade e imparcialidade. Dessa forma, ainda que a nova lei não tenha expressamente mencionado essa conduta como ato de improbidade, ela continua sendo passível de caracterização como tal, com base nos princípios fundamentais da administração pública.

A alternativa C da questão 15 foi considerada correta. Ocorre que a questão não tem alternativa correta, pois a alternativa C também está errada. Como será demonstrado a seguir:

Conforme o Suporte do Microsoft 365 usa “a função PROCX quando precisar localizar coisas em linhas de uma tabela ou de um intervalo. Por exemplo, procure o preço de uma peça automotiva pelo número da peça ou encontre um nome de funcionário com base na ID do funcionário. Com o PROCX, você pode procurar em uma coluna por um termo de pesquisa e retornar um resultado da mesma linha em outra coluna, independentemente de qual lado a coluna de retorno esteja”.

De fato, conforme suporte da Microsoft (Função PROCX - Suporte da Microsoft): a função PROCX pesquisa um intervalo ou uma matriz e retorna um item correspondente à primeira correspondência encontrada. Se não houver uma correspondência, então o PROCX poderá retornar a correspondência mais adequada (aproximada). Ainda, o suporte complementa, é utilizada para localizar coisas em linhas de uma tabela ou de um intervalo. Com o PROCX, você

000164

ADVOGADO

15-N

DEFERIDO



No gabarito provisório a alternativa considerada correta foi a “c”, porém o texto da alternativa “c” não faz referência a funcionalidade do recurso “PROCX”.

Diante do exposto, não tem possibilidade da alternativa C ser considerada correta, devendo então a questão ser anulada.

Para fundamentar esse recurso foi usado:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/fun%C3%A7%C3%A3o-procx-b7fd680e-6d10-43e6-84f9-88eae8bf5929QUESTÃO 23>

pode procurar em uma coluna por um termo de pesquisa e retornar um resultado da mesma linha em outra coluna, independentemente de qual lado a coluna de retorno esteja. Portanto, a alternativa C que afirma que o recurso "PROCX" é usado para procurar valores em uma tabela horizontal, a partir de uma determinada condição está incorreta, visto que pode ser utilizada para buscar valores tanto em linhas quanto colunas, portanto, tabelas horizontais ou verticais. Dessa forma, a alternativa A se trata da opção correta. Gabarito alterado.

Prezados membros da Banca Examinadora da UNIOESTE, Venho por meio deste recurso solicitar a anulação da Questão 36 do Concurso Público, devido à presença de duas opções incorretas e/ou incompletas.

De acordo com a Lei Complementar nº 113/2005, que regulamenta a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná, é possível identificar duas opções da questão em questão que apresentam informações incompletas ou imprecisas.

A primeira opção, letra A, afirma que a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná abrange apenas aqueles que derem causa a perda, extravio ou outra irregularidade de que resulte dano ao erário. No entanto, a lei em questão não se limita apenas a essa situação, e sim a todos aqueles que lhe devam prestar contas ou cujos atos estejam sujeitos à sua fiscalização por expressa disposição de lei ou pela natureza dos recursos, bens e valores públicos envolvidos.

A segunda opção, letra C, afirma que todos os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado que recebem contribuições e prestam serviços de interesse público ou social estão sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. No entanto, a legislação estabelece que apenas as entidades que se vinculem ao Estado ou ao Município no regime de colaboração, e que estejam recebendo recursos públicos, estão sob a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. As entidades que formalizaram acordos de Parceria Público-Privada, Organizações Sociais, Serviços Sociais Autônomos e Organizações Cívicas de Interesse Público também não estão sujeitas à fiscalização do Tribunal de Contas do Estado do Paraná.

Portanto, com base nas informações acima expostas, solicito a anulação da Questão 36 do Concurso Público, por apresentar opções incorretas e/ou incompletas em relação à

Diferentemente do que alega o candidato em suas razões de recurso, a alternativa “a” da questão 36 não faz uso da palavra “apenas”, logo, a resposta ali apresentada é uma das hipóteses que abrange a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Ademais, é preciso analisar que o enunciado do questão exige que o candidato assinale a alternativa INCORRETA, ou seja, aquela que não abrange a jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Dito isso, a única alternativa INCORRETA, que não abrange hipótese de jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná é a alternativa “C”, nos termos do que dispõe o inciso V do artigo 3º da Lei complementar nº 113/2005, conforme se observa: Art. 3º A jurisdição do Tribunal abrange: V – os responsáveis por entidades dotadas de personalidade jurídica de direito privado, que recebam contribuições e prestem serviços de interesse público ou social, bem como, as que se vinculem ao Estado ou ao Município no regime de colaboração, incluídas as que formalizaram acordos de Parceria Público Privada, Organizações Sociais, Serviços Sociais Autônomos e Organizações Cívicas de Interesse Público.

000126 ADVOGADO

36-N

INDEFERIDO

				jurisdição do Tribunal de Contas do Estado do Paraná. Agradeço pela atenção e consideração.		
000154	ADVOGADO	13-N		<p>Ilustre Banca Examinadora, o gabarito preliminar apresentou como resposta correta para a questão 13 a letra B, ao passo que impugna-se referido gabarito, pois a questão não apresenta resposta correta.</p> <p>Vejamos:</p> <p>Como se chama o recurso do Microsoft Excel 365 que permite criar uma referência a uma célula em outra planilha ou em outro arquivo?</p> <p>(...) B. Link (...)</p> <p>Ocorre, que a resposta correta seria "HIPERLINK" e não link, como considerado pela Banca.</p> <p>No próprio site da Microsoft podemos encontrar a definição de tal função, a qual se enquadra perfeitamente no solicitado pela banca, vejamos:</p> <p>"HIPERLINK (Função HIPERLINK) Excel para Microsoft 365 Excel para Microsoft 365 para Mac Excel para a Web Mais... Este artigo descreve a sintaxe da fórmula e o uso da função HIPERLINK no Microsoft Excel.</p> <p>Descrição A função HYPERLINK cria um atalho que salta para outro local na pasta de trabalho atual ou abre um documento armazenado em um servidor de rede, um intranet ou na Internet. Quando você clica em uma célula que contenha uma função HYPERLINK, o Excel salta para o local listado ou abre o documento especificado."</p> <p>Fonte: https://support.microsoft.com/pt-br/office/hiperlink-fun%C3%A7%C3%A3o-hiperlink-333c7ce6-c5ae-4164-9c47-7de9b76f577f</p> <p>Desta forma, vemos que a questão não apresenta resposta correta, motivo pelo qual requer sua anulação.</p>	<p>Conforme suporte da Microsoft (Criar uma referência externa (link) para um intervalo de células em outra workbook - Suporte da Microsoft), o recurso do Microsoft Excel 365 que permite criar uma referência a uma célula em outra planilha ou em outro arquivo se chama referência externa ou link.</p> <p>Nota-se, que a referência cruzada, é utilizada para criar vínculos com outras partes do mesmo documento.</p> <p>Dessa forma, mantém-se a alternativa correta, letra B.</p>	INDEFERIDO
000154	ADVOGADO	15-A		<p>Ilustre Banca Examinadora, o gabarito preliminar apresentou como resposta correta para a questão 15 a letra C, ao passo que impugna-se referido gabarito, pois a resposta correta para a questão é a alternativa A, requerendo a troca de gabarito.</p> <p>Vejamos o que diz a questão:</p> <p>15. Também conhecida como uma fusão aprimorada de duas funções, PROCV e PROCH, qual alternativa descreve a</p>	<p>De fato, conforme suporte da Microsoft (Função PROCV - Suporte da Microsoft): a função PROCV pesquisa um intervalo ou uma matriz e retorna um item correspondente à primeira correspondência encontrada. Se não houver uma correspondência, então o PROCV poderá retornar a correspondência mais adequada (aproximada). Ainda, o suporte complementar, é utilizada para localizar coisas em</p>	DEFERIDO



funcionalidade do recurso \"PROCX\" presente no Excel, do pacote Microsoft Office 365?

A. O recurso \"PROCX\" é usado para localizar a primeira ocorrência de uma célula em uma tabela ou intervalo. (ALTERNATIVA CORRETA)

(...)

C. O recurso \"PROCX\" é usado para procurar valores em uma tabela horizontal, a partir de uma determinada condição. (CONSIDERADA CORRETA)

(...)

Diferentemente do que foi considerado pela Banca, a função PROCX não é responsável por “procurar valores em uma tabela horizontal, a partir de uma determinada condição”.

A Microsoft, empresa responsável pelo sistema, nos informa que a função PROCX é aquela descrita na alternativa A, qual seja: “usado para localizar a primeira ocorrência de uma célula em uma tabela ou intervalo.”

Neste sentido, vejamos o que nos orienta o site da Microsoft: “Função PROCX: A função PROCX pesquisa um intervalo ou uma matriz e retorna um item correspondente à primeira correspondência encontrada. Se não houver uma correspondência, então o PROCX poderá retornar a correspondência mais adequada(aproximada).”

Fonte:

[https://support.microsoft.com/pt-br/office/fun%C3%A7%C3%A3o-procx-b7fd680e-6d10-43e6-84f9-88eae8bf5929#:~:text=A%20fun%C3%A7%C3%A3o%20PROCX%20pesquisa%20um,correspond%C3%Aancia%20mais%20adequada\(aproximada\).&text=*Se%20omitido%2C%20PROCX%20retornar%C3%A1%20as,branco%20que%20encontrar%20em%20lookup_array.](https://support.microsoft.com/pt-br/office/fun%C3%A7%C3%A3o-procx-b7fd680e-6d10-43e6-84f9-88eae8bf5929#:~:text=A%20fun%C3%A7%C3%A3o%20PROCX%20pesquisa%20um,correspond%C3%Aancia%20mais%20adequada(aproximada).&text=*Se%20omitido%2C%20PROCX%20retornar%C3%A1%20as,branco%20que%20encontrar%20em%20lookup_array.)

Desta forma, nos termos expostos pela Microsoft, vemos que a alternativa correta da questão é a letra A e não a letra C como entendeu a Banca, motivo pelo qual requer a alteração do gabarito para a letra A.

linhas de uma tabela ou de um intervalo. Com o PROCX, você pode procurar em uma coluna por um termo de pesquisa e retornar um resultado da mesma linha em outra coluna, independentemente de qual lado a coluna de retorno esteja. Portanto, a alternativa C que afirma que o recurso \"PROCX\" é usado para procurar valores em uma tabela horizontal, a partir de uma determinada condição está incorreta, visto que pode ser utilizada para buscar valores tanto em linhas quanto colunas, portanto, tabelas horizontais ou verticais.

Dessa forma, a alternativa A se trata da opção correta.

Gabarito alterado.

000016

ASSISTENTE LEGISLATIVO

38-C

Prezada Banca de Concurso da UNIOESTE,
Venho por meio deste recurso solicitar a anulação da questão número [38], em virtude de irregularidades presentes nas alternativas fornecidas.

A questão em questão refere-se à Lei de Responsabilidade Fiscal, mais especificamente ao Artigo 21. Após uma análise criteriosa, identifiquei que duas das alternativas apresentam incorreções, o que compromete a validade da questão. Primeiramente, a alternativa C está em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Conforme previsto na referida lei, a aprovação, a edição ou a sanção de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do

Prezado candidato, segue a redação da lei, *ipsis litteris*:

Art. 21. É nulo de pleno direito: (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art.

169 da Constituição Federal; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas

INDEFERIDO



setor público, bem como a edição de ato para nomeação de aprovados em concurso público, por parte dos agentes mencionados, não são consideradas nulas de pleno direito. Portanto, a alternativa C deve ser anulada. Além disso, a alternativa D também apresenta uma irregularidade. Conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, o aumento da despesa com pessoal não é nulo de pleno direito, mas sim condicionado a critérios e limites específicos definidos na legislação. Portanto, a alternativa D está em desacordo com o que está previsto na referida lei e também deve ser anulada. Diante dos argumentos expostos, solicito à Banca de Concurso da UNIOESTE que revise a validade da questão em questão e proceda com a anulação das alternativas C e D. Essa medida é fundamental para garantir a imparcialidade e a justiça no processo seletivo, assegurando aos candidatos uma avaliação adequada e em conformidade com o conteúdo programático proposto. Agradeço a atenção,

com pessoal inativo; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 1º As restrições de que tratam os incisos II, III e

IV: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - devem ser aplicadas inclusive durante o período de recondução ou reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão autônomo; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - aplicam-se somente aos titulares ocupantes de cargo eletivo dos Poderes referidos no art. 20. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 2º Para fins do disposto neste artigo, serão considerados atos de nomeação ou de provimento de cargo público aqueles referidos no § 1º do art. 169 da Constituição Federal ou aqueles que, de qualquer modo, acarretem a criação ou o aumento de despesa obrigatória. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

Logo, é possível perceber que a única alternativa desta



questão que está com redação divergente da redação legal (pois está incompleta, enquanto alternativa da referida questão) é a alternativa D, dentre as que foram escolhidas para compor a questão 38, sendo esta a correta para ser assinalada. Veja o que se pede na questão 38. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu Art. 21. É nulo de pleno direito: Assinale a alternativa INCORRETA, conforme o que está previsto na referida lei.

000144 ADVOGADO

15-A

Boa tarde. O gabarito provisório deu como alternativa correta a alternativa "C". Entretanto, conforme consta no próprio site da Microsoft, "A função PROCX pesquisa um intervalo ou uma matriz e retorna um item correspondente à primeira correspondência encontrada.". Dessa forma, a presente questão merece ter seu gabarito alterado para que a alternativa "A" conste como a alternativa correta.

Fonte:

De fato, conforme suporte da Microsoft (Função PROCX - Suporte da Microsoft): a função PROCX pesquisa um intervalo ou uma matriz e retorna um item correspondente à primeira correspondência encontrada. Se não houver uma correspondência, então o PROCX poderá retornar a correspondência mais adequada (aproximada). Ainda, o suporte complementa, é utilizada para localizar coisas em linhas de uma tabela ou de um intervalo. Com o PROCX, você pode procurar em uma coluna por um termo de pesquisa e retornar um resultado da mesma linha em outra coluna, independentemente de qual lado a coluna de retorno esteja. Portanto, a alternativa C que afirma que o recurso "PROCX" é usado para procurar valores em uma tabela horizontal, a partir de uma determinada condição está incorreta, visto que pode ser utilizada para buscar valores tanto em linhas quanto colunas, portanto, tabelas horizontais ou verticais. Dessa forma, a alternativa A se trata da opção correta. Gabarito alterado.

DEFERIDO

000032 ASSISTENTE LEGISLATIVO

8-N

Prezada Banca de Concurso da UNIOESTE,
Venho por meio deste recurso solicitar a anulação da questão número [08], em virtude de não haver alternativa correta nesta questão.
 $x = 5/8 + 1/9 - 1/36$
Sendo que a resposta certa seria:
 $x = 45/72 + 8/72 - 2/72$
 $x = 51/72$
Diante dos argumentos expostos, cálculo realizado, solicito à Banca de Concurso da UNIOESTE que revise a validade da questão em questão e proceda com a anulação da questão. Essa medida é fundamental para garantir a imparcialidade e a justiça no processo seletivo, assegurando aos candidatos uma avaliação adequada e em conformidade com o conteúdo programático proposto.

De fato a resolução da questão chega a 51/72 que é uma fração redutível (precisa ser simplificada), a resposta correta permanece 17/24 que é a fração irredutível. Questão mantida.

INDEFERIDO

000032 ASSISTENTE LEGISLATIVO

8-C

Prezada Banca de Concurso da UNIOESTE,

INDEFERIDO

			<p>Venho por meio deste recurso solicitar a anulação da questão número [08], em virtude de não haver alternativa correta nesta questão.</p> $x = 5/8 + 1/9 - 1/36$ <p>Sendo que a resposta certa seria: $45/72 + 8/72 - 2/72 = 51/72$</p> <p>Diante dos argumentos expostos, cálculo realizado, solicito à Banca de Concurso da UNIOESTE que revise a validade da questão em questão e proceda com a anulação da questão. Essa medida é fundamental para garantir a imparcialidade e a justiça no processo seletivo, assegurando aos candidatos uma avaliação adequada e em conformidade com o conteúdo programático proposto.</p>	<p>De fato a resolução da questão chega a 51/72 que é uma fração redutível (precisa ser simplificada), a resposta correta permanece 17/24 que é a fração irredutível. Questão mantida.</p>	
000032	ASSISTENTE LEGISLATIVO	15-A	<p>Prezada Banca de Concurso da UNIOESTE,</p> <p>Venho por meio deste recurso solicitar a anulação da questão número [15], em virtude de não haver alternativa correta nesta questão.</p> <p>A função PROCX é uma fórmula de busca. Muito mais simples que as outras ferramentas de busca, PROCV e PROCH, ela permite que você procure informações (valores) sobre algum dado da tabela selecionada.</p> <p>O principal objetivo de usar a função PROCX é viabilizar uma análise de colunas ou linhas quando é preciso encontrar uma informação em um elemento específico.</p> <p>https://www.escoladnc.com.br/blog/projetos/funcao-procx/</p> <p>Na alternativa C, que aparece como correta no gabarito preliminar, está com o seguinte texto: "c. O Recurso "PROCX" é usado para procurar valores em uma tabela horizontal, a partir de uma determinada condição."</p> <p>Sendo que ele é usado pra procurar valores, mas em colunas ou linhas, não em tabela horizontal.</p> <p>Diante dos argumentos expostos, solicito à Banca de Concurso da UNIOESTE que revise a validade da questão e proceda com a anulação da questão. Essa medida é fundamental para garantir a imparcialidade e a justiça no processo seletivo, assegurando aos candidatos uma avaliação adequada e em conformidade com o conteúdo programático proposto.</p>	<p>De fato, conforme suporte da Microsoft (Função PROCX - Suporte da Microsoft): a função PROCX pesquisa um intervalo ou uma matriz e retorna um item correspondente à primeira correspondência encontrada. Se não houver uma correspondência, então o PROCX poderá retornar a correspondência mais adequada (aproximada). Ainda, o suporte complementa, é utilizada para localizar coisas em linhas de uma tabela ou de um intervalo. Com o PROCX, você pode procurar em uma coluna por um termo de pesquisa e retornar um resultado da mesma linha em outra coluna, independentemente de qual lado a coluna de retorno esteja. Portanto, a alternativa C que afirma que o recurso "PROCX" é usado para procurar valores em uma tabela horizontal, a partir de uma determinada condição está incorreta, visto que pode ser utilizada para buscar valores tanto em linhas quanto colunas, ou seja, tabelas horizontais ou verticais. Dessa forma, a alternativa A se trata da opção correta. Gabarito alterado.</p>	DEFERIDO
000032	ASSISTENTE LEGISLATIVO	16-B	<p>Prezada Banca de Concurso da UNIOESTE,</p> <p>A questão número 16, não possui alternativa certa, tendo em vista que todos os descritos são considerados características do contrato administrativo.</p> <p>Segundo Maria Sylvia Zanella di Pietro (DI PIETRO, 2005), os</p>	<p>Prezada candidata, contratos administrativos são sempre bilaterais, pois há duas partes envolvidas. Não é possível existir um contrato unilateral. As ações do contrato podem ser unilaterais, mas o contrato se firmo entre duas partes e não uma pessoa apenas.</p>	INDEFERIDO

contratos em que a Administração é parte, sob regime jurídico publicístico, derogatório e exorbitante do direito comum, possuem as seguintes características:

- a) presença da administração pública como poder público - a Administração possui várias de prerrogativas não extensíveis ao contratado.
- b) finalidade pública - está presente em todos os atos e contratos da Administração Pública.
- c) obediência à forma prescrita em lei - a forma é essencial de forma a garantir o controle da legalidade.
- d) natureza de contrato de adesão - todas as cláusulas dos contratos administrativos são fixadas unilateralmente pela Administração, fixando as condições em que se pretende contratar com o particular. Quando o licitante apresenta sua proposta, tem-se como aceitação expressa do que foi ofertado pela Administração.
- e) natureza intuito personae - a condição pessoal do contratado, acurada em procedimento licitatório, é essencial na relação contratual Administração-particular. A subcontratação parcial, seja de obra, serviço, ou fornecimento, é permitida pela Lei nº 8.666/1993 desde que tal possibilidade e os limites desta estejam previstos no edital e no contrato.
- f) presença de cláusulas exorbitantes – como por exemplo: exigência de garantia, alteração/rescisão unilateral, fiscalização, aplicação de penalidades, anulação e retomada do objeto.
- g) mutabilidade - decorre do poder de alteração unilateral que possui a Administração e também de outras circunstâncias, como a manutenção do equilíbrio econômico-financeiro.

Além disso, o artigo 58 da lei 8.666/93, corroboram para tal análise, conforme o disposto a seguir:

“Art. 58. O regime jurídico dos contratos administrativos instituído por esta Lei confere à Administração, em relação a eles, a prerrogativa de:

I - modificá-los, unilateralmente, para melhor adequação às finalidades de interesse público, respeitados os direitos do contratado;

II - rescindi-los, unilateralmente, nos casos especificados no inciso I do art. 79 desta Lei”.

Dessa forma, o poder de alteração unilateral, tem sua compostura e extensão qualificadas na Lei.

Assim, requer a anulação da questão de número 16, para

			<p>assistente legislativo, tendo em vista que todas as opções são corretas, pois todas configuram características do contrato administrativo, não havendo alternativa para assinalar. https://conteudojuridico.com.br/consulta/Artigos/37685/o-contrato-administrativo-e-suas-peculiaridades</p>		
			<p>Prezada Banca de Concurso da UNIOESTE, Venho por meio deste recurso solicitar a anulação da questão número [15], em virtude de não haver alternativa correta nesta questão.</p>		
			<p>A função PROCV é uma fórmula de busca. Muito mais simples que as outras ferramentas de busca, PROCV e PROCH, ela permite que você procure informações (valores) sobre algum dado da tabela selecionada. O principal objetivo de usar a função PROCV é viabilizar uma análise de colunas ou linhas quando é preciso encontrar uma informação em um elemento específico. https://www.escoladnc.com.br/blog/projetos/funcao-procv/ Use a função PROCV quando precisar localizar coisas em linhas de uma tabela ou de um intervalo. Por exemplo, procure o preço de uma peça automotiva pelo número da peça ou encontre um nome de funcionário com base na ID do funcionário. Com o PROCV, você pode procurar em uma coluna por um termo de pesquisa e retornar um resultado da mesma linha em outra coluna, independentemente de qual lado a coluna de retorno esteja. https://support.microsoft.com/pt-br/office/func%C3%A7%C3%A3o-procv-b7fd680e-6d10-43e6-84f9-88eae8bf5929#:~:text=A%20fun%C3%A7%C3%A3o%20PROCV%20pesquisa%20um,correspond%C3%Aancia%20mais%20adequada%20aproximada). Na alternativa C, que aparece como correta no gabarito preliminar, está com o seguinte texto: "c. O Recurso "PROCV" é usado para procurar valores em uma tabela horizontal, a partir de uma determinada condição." Sendo que ele é usado pra procurar valores, mas em colunas ou linhas, não em tabela horizontal. Diante dos argumentos expostos, solicito à Banca de Concurso da UNIOESTE que revise a validade da questão e proceda com a anulação da questão. Essa medida é fundamental para garantir a imparcialidade e a justiça no processo seletivo, assegurando aos candidatos uma avaliação adequada e em conformidade com o conteúdo programático proposto.</p>		
000032	ASSISTENTE LEGISLATIVO	18-A		Prezada candidata o recurso que você enviou para esta questão não condiz com o conteúdo da referida questão.	INDEFERIDO
000032	ASSISTENTE LEGISLATIVO	21-D	Prezada Banca de Concurso da UNIOESTE, Venho por meio deste recurso solicitar a anulação da questão	Prezada candidata a questão traz em sua redação a	INDEFERIDO

número [21], em virtude de não haver alternativa correta nesta questão.

Previsto de forma explícita na Constituição Federal, em seu art. 37, este Princípio da Licitação Pública prevê que os atos administrativos tenham visibilidade para que se possa viabilizar o exercício pleno do controle administrativo por parte da sociedade.

O saudoso Mestre Hely Lopes Meireles entendia o Princípio da Publicidade da seguinte maneira:

“Como princípio de administração pública, abrange toda atuação estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos como também de propiciação de conhecimento da conduta interna de seus agentes. Essa publicidade atinge, assim, os atos concluídos e em formação, os processos em andamento, os pareceres dos órgãos técnicos e jurídicos, os despachos intermediários e finais, as atas de julgamentos das licitações e os contratos em quaisquer interessados, bem como os comprovantes de despesas e as prestações de contas submetidas aos órgãos competentes (...) Quanto à publicação no órgão oficial, só é exigida a do ato concluído ou de determinadas fases de certos procedimentos administrativos como ocorre nas concorrências, em que geralmente as normas pertinentes impõem a publicação da convocação dos interessados, da habilitação, da adjudicação e do contrato, na íntegra ou resumidamente”

Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório

No dia a dia das licitações públicas, este princípio da licitação pública certamente é o mais discutido nas impugnações de editais e nos recursos/contrarrecursos.

Resumidamente, este princípio estabelece que o Instrumento Convocatório (o edital e seus anexos) é a lei desta licitação, que por outro lado, deve-se pautar na legalidade das leis vigentes e na constituição em vigor (1988), ou seja, tanto administração pública quanto aos licitantes a lei vigente deverá ser cumprida.

E é nesse respaldo que o licitante deve, quando constatar alguma irregularidade no edital, impugnar de imediato, pois caso isso não ocorra, o edital tem de ser cumprido à risca, mesmo que haja alguma anomalia em seu conteúdo.

Podemos dizer que este princípio da Licitação Pública impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

Com base nessas citações, conclui-se que, o princípio da publicidade é obrigatório pois para que o processo seja válido e eficaz precisa ser publicado, dando publicidade, nenhum

explanação de um conceito, o qual está exposto na alternativa B, sendo essa a correta a ser assinalada. Senso assim, sua argumentação "Venho por meio deste recurso solicitar a anulação da questão número [21], em virtude de não haver alternativa correta nesta questão." não é válida, pois a redação da questão faz referência ao conceito exposto, portanto, há sim a alternativa correta.

000032	ASSISTENTE LEGISLATIVO	21-D	<p>processo licitatório poderá ser iniciado ou concluído sem que haja sua publicação, sendo essa explicação, não incluída no princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Na minha linha de estudo, vejo que está equivocado este anunciado com as alternativas. Solicito por esta nobre Banca, para que reveja esta questão.</p>	<p>Prezada candidata a questão traz em sua redação a explanação de um conceito, o qual está exposto na alternativa B, sendo essa a correta a ser assinalada. Senso assim, sua argumentação "Venho por meio deste recurso solicitar a anulação da questão número [21], em virtude de não haver alternativa correta nesta questão." não é válida, pois a redação da questão faz referência ao conceito exposto, portanto, há sim a alternativa correta.</p>	INDEFERIDO
			<p>Prezada Banca de Concurso da UNIOESTE, Venho por meio deste recurso solicitar a anulação da questão número [21], em virtude de não haver alternativa correta nesta questão. Previsto de forma explícita na Constituição Federal, em seu art. 37, este Princípio da Licitação Pública prevê que os atos administrativos tenham visibilidade para que se possa viabilizar o exercício pleno do controle administrativo por parte da sociedade. O saudoso Mestre Hely Lopes Meireles entendia o Princípio da Publicidade da seguinte maneira: "Como princípio de administração pública, abrange toda atuação estatal, não só sob o aspecto de divulgação oficial de seus atos como também de propiciação de conhecimento da conduta interna de seus agentes. Essa publicidade atinge, assim, os atos concluídos e em formação, os processos em andamento, os pareceres dos órgãos técnicos e jurídicos, os despachos intermediários e finais, as atas de julgamentos das licitações e os contratos em quaisquer interessados, bem como os comprovantes de despesas e as prestações de contas submetidas aos órgãos competentes (...) Quanto à publicação no órgão oficial, só é exigida a do ato concluído ou de determinadas fases de certos procedimentos administrativos como ocorre nas concorrências, em que geralmente as normas pertinentes impõem a publicação da convocação dos interessados, da habilitação, da adjudicação e do contrato, na íntegra ou resumidamente" Princípio da Vinculação ao Instrumento Convocatório No dia a dia das licitações públicas, este princípio da licitação pública certamente é o mais discutido nas impugnações de editais e nos recursos/contrarrecursos. Resumidamente, este princípio estabelece que o Instrumento Convocatório (o edital e seus anexos) é a lei desta licitação, que por outro lado, deve-se pautar na legalidade das leis vigentes e na constituição em vigor (1988), ou seja, tanto administração pública quanto aos licitantes a lei vigente deverá ser cumprida. E é nesse respaldo que o licitante deve, quando constatar alguma irregularidade no edital, impugnar de imediato, pois caso isso não ocorra, o edital tem de ser cumprido à risca,</p>		

mesmo que haja alguma anomalia em seu conteúdo. Podemos dizer que este princípio da Licitação Pública impõe à Administração e ao licitante a observância das normas estabelecidas no edital de forma objetiva, mas sempre velando pelo princípio da competitividade.

Com base nessas citações, conclui-se que, o princípio da publicidade é obrigatório pois para que o processo seja válido e eficaz precisa ser publicado, dando publicidade, nenhum processo licitatório poderá ser iniciado ou concluído sem que haja sua publicação, sendo essa explicação, não incluída no princípio da vinculação ao instrumento convocatório. Na minha linha de estudo, vejo que está equivocado este anunciado com as alternativas. Solicito por esta nobre Banca, para que reveja esta questão.

Prezada Banca de Concurso da UNIOESTE,
Venho por meio deste recurso solicitar a anulação da questão número [24], em virtude de não haver alternativa correta nesta questão.

Atualização dos valores de contratação direta em 2023: Nova Lei de Licitações pelo Decreto 11.317
10.01.2023 por Irene Nohara

A partir da Nova Lei de Licitações e Contratos, o Poder Executivo federal fará a atualização anual, a cada 1º de janeiro, dos diversos valores, inclusive o de contratação direta, conforme determina o art. 182 da Lei nº 14.133/2021, pelo IPCA-E (Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo Especial) ou por índice que venha a substituí-lo, nos valores fixados. Para a atualização dos valores de 2023 houve a edição do Decreto 11.317, de 29 de dezembro de 2022, que entrou em vigor no dia 1º de janeiro de 2023.

Em abril de 2023 a nova lei revoga as anteriores leis (Lei nº 8.666/1993, Lei nº 10.520/2002 e Lei nº 12.462/2011) após dois anos da sua vigência. Até esta data, é possível ao gestor optar por aplicar o diploma novo ou o anterior, desde que não misture as leis.

Muitos gestores começaram já a aplicar a nova lei, justamente por conta do aumento dos valores de contratação direta, que foram inicialmente fixados em 2021, de acordo com os dois primeiros incisos do art. 75 da Lei 14.133, em: R\$ 100.000,00 para obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores; e R\$ 50.000,00 no caso de outros serviços e compras.

Ocorre que, para evitar essa situação de valores fixos (defasados) conforme a aplicação que foi feita da lei anterior (Lei nº 8.666/93) até a edição do Decreto 9.412/2018, a nova lei estipulou no seu art. 182 a atualização anual feito

000032 ASSISTENTE LEGISLATIVO

24-A

Prezada candidata, a redação da questão não faz menção sob valores atualizados, e, sim, sob o texto legal, portanto, a alternativa correta é a letra C, a qual traz os valores de referêncica quando da criação da nova lei de licitações.

INDEFERIDO

pelo IPCA-E, a ser divulgada no PNCP.
Assim, seguindo esta determinação do art. 182 da lei para 2023, foi editado, em 29 de dezembro de 2022, o Decreto 11.317/2022, que substitui o anterior Decreto 10.922, na atualização dos valores da lei. O decreto aplica o IPCA para reajustar os valores nominais da Lei nº 14.133/2021.
Assim, os valores de contratação direta foram atualizados para:

R\$ 114.416,65 para obras e serviços de engenharia ou de manutenção de veículos automotores

<https://direitoadm.com.br/atualizacao-valores-licitacoes-2023/>

Diante disso, podemos concluir que a alternativa correta no gabarito preliminar, alternativa C, não é correta, pois como o valor é atualizado anualmente, hoje já não se encontra mais no valor inicial, e em nenhum momento na questão foi citado se era o valor inicial na criação da Lei ou atual, sendo que devemos seguir a legislação mais recente, portanto, sendo esta questão sem alternativa de resposta correta. Solicito a Banca que revise a validade da questão, pois essa medida é fundamental para garantir a imparcialidade e a justiça no processo seletivo, assegurando aos candidatos uma avaliação adequada e em conformidade com o conteúdo programático proposto.

Prezada Banca de Concurso da UNIOESTE,
Venho por meio deste recurso solicitar a revisão da questão número [07], em virtude de a alternativa correta ser a letra A.
 $3x+9=1,5x$

$9/1,5=6$

O cálculo efetuado, chega na seguinte conclusão de que Pedro tem 6 anos, sendo alternativa A correta.
Diante dos argumentos expostos, cálculo realizado, solicito à Banca de Concurso da UNIOESTE que revise a alternativa da questão e proceda com a anulação da questão. Essa medida é fundamental para garantir a imparcialidade e a justiça no processo seletivo, assegurando aos candidatos uma avaliação adequada e em conformidade com o conteúdo programático proposto.

A questão está correta. Gabarito mantido.

Pedro possui hoje o triplo da idade de Ana (ele tem 9 e ela 3), daqui 9 anos ele terá 18 e ela 12, sendo assim, ele terá $1,5x$ a idade dela.

INDEFERIDO

000032

ASSISTENTE LEGISLATIVO

7-A

000032

ASSISTENTE LEGISLATIVO

38-B

Prezada Banca de Concurso da UNIOESTE,
Venho por meio deste recurso solicitar a anulação da questão número [38], em virtude de irregularidades presentes nas alternativas fornecidas.

Prezado candidato, segue a redação da lei, *ipsis litteris*:

Art. 21. É nulo de pleno direito: (Redação dada pela Lei

INDEFERIDO



A questão refere-se à Lei de Responsabilidade Fiscal, mais especificamente ao Artigo 21. Após uma análise criteriosa, identifiquei que duas das alternativas apresentam incorreções, o que compromete a validade da questão. Primeiramente, a alternativa C está em desacordo com a Lei de Responsabilidade Fiscal. Conforme previsto na referida lei, a aprovação, a edição ou a sanção de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, bem como a edição de ato para nomeação de aprovados em concurso público, por parte dos agentes mencionados, não são consideradas nulas de pleno direito. Portanto, a alternativa C deve ser anulada. Além disso, a alternativa D também apresenta uma irregularidade. Conforme estabelecido na Lei de Responsabilidade Fiscal, o aumento da despesa com pessoal não é nulo de pleno direito, mas sim condicionado a critérios e limites específicos definidos na legislação. Portanto, a alternativa D está em desacordo com o que está previsto na referida lei e também deve ser anulada. Diante dos argumentos expostos, solicito à Banca de Concurso da UNIOESTE que revise a validade da questão em questão e proceda com a anulação das alternativas C e D. Essa medida é fundamental para garantir a imparcialidade e a justiça no processo seletivo, assegurando aos candidatos uma avaliação adequada e em conformidade com o conteúdo programático proposto.

Complementar nº 173, de 2020)

I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:

a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto no inciso XIII do caput do art. 37 e no § 1º do art. 169 da Constituição Federal; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20; (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

§ 1º As restrições de que tratam os incisos II, III e IV: (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

I - devem ser aplicadas inclusive durante o período de recondução ou reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão autônomo; e (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

II - aplicam-se somente aos titulares ocupantes de cargo eletivo dos Poderes referidos no art. 20. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)



§ 2º Para fins do disposto neste artigo, serão considerados atos de nomeação ou de provimento de cargo público aqueles referidos no § 1º do art. 169 da Constituição Federal ou aqueles que, de qualquer modo, acarretarem a criação ou o aumento de despesa obrigatória. (Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)

Logo, é possível perceber que a única alternativa desta questão que está com redação divergente da redação legal (pois está incompleta, enquanto alternativa da referida questão) é a alternativa D, dentre as que foram escolhidas para compor a questão 38, sendo esta a correta para ser assinalada. Veja o que se pede na questão 38. Conforme a Lei de Responsabilidade Fiscal em seu Art. 21. É nulo de pleno direito: Assinale a alternativa INCORRETA, conforme o que está previsto na referida lei.

000112 ADVOGADO

13-C

Respeitosamente, recorre-se da questão 13, em razão de não conter alternativa correta, pois, o termo link, é usado como sinônimo de REFERÊNCIA EXTERNA, e também o mesmo termo link é usado sinônimo de REFERÊNCIA CRUZADA. Sendo que, quando se deseja criar vínculo com um documento separado, é criado um hiperlink.

Logo, na questão 13, o recurso do Microsoft Excel 365 que permite criar uma referência a uma célula em outra planilha ou em outro arquivo é chamado de hiperlink, e não de Link. De maneira que a questão não permite o julgamento objetivo do item correto, tratando-se de resposta subjetiva, prejudicando a segurança jurídica, gerando dúvidas nas respostas A, B, C (formula externa, Link, referência cruzada). Além disso, o termo correto, qual seja, hiperlink, não estar entre as alternativas.

Portanto, diante da não objetividade da resposta correta, gerando subjetividade e da ausência do termo hiperlink, solicita-se a anulação da questão 13, atribuindo-se a nota a todos os candidatos, com a finalidade de exercer o bom direito e a justiça, além da isonomia.

Fonte:

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/criar-uma-refer%C3%A2ncia-cruzada-300b208c-e45a-487a-880b-a02767d9774b>

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/criar-uma-refer%C3%A2ncia-externa-link-para-um-intervalo-de-c%C3%A9lulas-em-outra-workbook-c98d1803-dd75-4668-ac6a-d7cca2a9b95f>

Conforme suporte da Microsoft (Criar uma referência externa (link) para um intervalo de células em outra workbook - Suporte da Microsoft), o recurso do Microsoft Excel 365 que permite criar uma referência a uma célula em outra planilha ou em outro arquivo se chama referência externa ou link. Nota-se, que a referência cruzada, é utilizada para criar vínculos com outras partes do mesmo documento. Dessa forma, mantém-se a alternativa correta, letra B.

INDEFERIDO

<https://support.microsoft.com/pt-br/office/hiperlink-fun%C3%A7%C3%A3o-hiperlink-333c7ce6-c5ae-4164-9c47-7de9b76f577f#:~:text=Descri%C3%A7%C3%A3o,um%20intranet%20ou%20na%20Internet.>

000032

ASSISTENTE LEGISLATIVO

40-B

Prezada Banca de Concurso da UNIOESTE,
Venho por meio deste recurso solicitar a anulação da questão número [40], em virtude de não haver alternativa correta. A Lei 8666/93 no artigo citado na questão diz o seguinte:

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

Destacamos que, o item principal em um edital é claro, devendo conter o objeto do edital, portanto, solicito a avaliação novamente desta questão e proceda com a anulação da questão. Essa medida é fundamental para garantir a imparcialidade e a justiça no processo seletivo, assegurando aos candidatos uma avaliação adequada e em conformidade com o conteúdo programático proposto.

Prezado candidato, segue a redação da lei *ipsis litteris*:

Art. 40. O edital conterà no preâmbulo o número de ordem em série anual, o nome da repartição interessada e de seu setor, a modalidade, o regime de execução e o tipo da licitação, a menção de que será regida por esta Lei, o local, dia e hora para recebimento da documentação e proposta, bem como para início da abertura dos envelopes, e indicará, obrigatoriamente, o seguinte:

I - objeto da licitação, em descrição sucinta e clara;

II - prazo e condições para assinatura do contrato ou retirada dos instrumentos, como previsto no art. 64 desta Lei, para execução do contrato e para entrega do objeto da licitação;

III - sanções para o caso de inadimplemento;

IV - local onde poderá ser examinado e adquirido o projeto básico;

V - se há projeto executivo disponível na data da publicação do edital de licitação e o local onde possa ser examinado e adquirido;

VI - condições para participação na licitação, em conformidade com os arts. 27 a 31 desta Lei, e forma de apresentação das propostas;

VII - critério para julgamento, com disposições claras e parâmetros objetivos;

VIII - locais, horários e códigos de acesso dos meios de comunicação à distância em que serão fornecidos elementos, informações e esclarecimentos relativos à licitação e às condições para atendimento das obrigações necessárias ao cumprimento de seu objeto;

IX - condições equivalentes de pagamento entre empresas brasileiras e estrangeiras, no caso de licitações internacionais;

X - o critério de aceitabilidade dos preços unitário e global, conforme o caso, permitida a fixação de preços máximos e vedados a fixação de preços mínimos, critérios estatísticos ou faixas de variação em relação a preços de referência, ressalvado o disposto nos parágrafos 1º e 2º do art. 48; (Redação dada pela Lei nº 9.648, de 1998)

XI - critério de reajuste, que deverá retratar a variação efetiva do custo de produção, admitida a adoção de índices

INDEFERIDO



específicos ou setoriais, desde a data prevista para apresentação da proposta, ou do orçamento a que essa proposta se referir, até a data do adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)
XII - (Vetado). (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

XIII - limites para pagamento de instalação e mobilização para execução de obras ou serviços que serão obrigatoriamente previstos em separado das demais parcelas, etapas ou tarefas;

XIV - condições de pagamento, prevendo:

a) prazo de pagamento não superior a trinta dias, contado a partir da data final do período de adimplemento de cada parcela; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

b) cronograma de desembolso máximo por período, em conformidade com a disponibilidade de recursos financeiros;
c) critério de atualização financeira dos valores a serem pagos, desde a data final do período de adimplemento de cada parcela até a data do efetivo pagamento; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

d) compensações financeiras e penalizações, por eventuais atrasos, e descontos, por eventuais antecipações de pagamentos;

e) exigência de seguros, quando for o caso;

XV - instruções e normas para os recursos previstos nesta Lei;

XVI - condições de recebimento do objeto da licitação;

XVII - outras indicações específicas ou peculiares da licitação.

§ 1º O original do edital deverá ser datado, rubricado em todas as folhas e assinado pela autoridade que o expedir, permanecendo no processo de licitação, e dele extraindo-se cópias integrais ou resumidas, para sua divulgação e fornecimento aos interessados.

§ 2º Constituem anexos do edital, dele fazendo parte integrante:

I - o projeto básico e/ou executivo, com todas as suas partes, desenhos, especificações e outros complementos;
II - orçamento estimado em planilhas de quantitativos e preços unitários; (Redação dada pela Lei nº 8.883, de 1994)

III - a minuta do contrato a ser firmado entre a Administração e o licitante vencedor;

IV - as especificações complementares e as normas de execução pertinentes à licitação.

§ 3º Para efeito do disposto nesta Lei, considera-se como adimplemento da obrigação contratual a prestação do



serviço, a realização da obra, a entrega do bem ou de parcela destes, bem como qualquer outro evento contratual a cuja ocorrência esteja vinculada a emissão de documento de cobrança.

§ 4º Nas compras para entrega imediata, assim entendidas aquelas com prazo de entrega até trinta dias da data prevista para apresentação da proposta, poderão ser dispensadas: (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

I - o disposto no inciso XI deste artigo; (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

II - a atualização financeira a que se refere a alínea "c" do inciso XIV deste artigo, correspondente ao período compreendido entre as datas do adimplemento e a prevista para o pagamento, desde que não superior a quinze dias. (Incluído pela Lei nº 8.883, de 1994)

§ 5º A Administração Pública poderá, nos editais de licitação para a contratação de serviços, exigir da contratada que um percentual mínimo de sua mão de obra seja oriundo ou egresso do sistema prisional, com a finalidade de ressocialização do reeducando, na forma estabelecida em regulamento. (Incluído pela Lei nº 13.500, de 2017)

Entenda que a parte destacada em negrito faz referência ao que precisa estar disposto no "preâmbulo do Edital", ademais os outros itens, bem como o objeto do edital, tem sim obrigatoriedade de estar disposto em edital, mas NÃO no preâmbulo do Edital.

000100 ADVOGADO

15-A

A questão requer que o candidato assinale a alternativa que descreve a funcionalidade do recurso "PROCX" presente no Excel, do pacote Microsoft Office 365.

O gabarito provisório aponta como alternativa correta a alternativa "C": "O recurso "PROCX" é usado para procurar valores em uma tabela horizontal, a partir de uma determinada condição."

Todavia, a referida alternativa se apresenta como equivocada, uma vez que, conforme esclarece o suporte da própria empresa responsável pela criação do programa de computador em comento (Microsoft): "a função PROCX pesquisa um intervalo ou uma matriz e retorna um item correspondente à primeira correspondência encontrada. Se não houver uma correspondência, então o PROCX poderá retornar a correspondência mais adequada(aproximada)" [link da correspondência ao final]

Ademais, também é importante salientar que diversamente do requerido no enunciado, a alternativa dada como gabarito

De fato, conforme suporte da Microsoft (Função PROCX - Suporte da Microsoft): a função PROCX pesquisa um intervalo ou uma matriz e retorna um item correspondente à primeira correspondência encontrada. Se não houver uma correspondência, então o PROCX poderá retornar a correspondência mais adequada(aproximada). Ainda, o suporte complementa, é utilizada para localizar coisas em linhas de uma tabela ou de um intervalo. Com o PROCX, você pode procurar em uma coluna por um termo de pesquisa e retornar um resultado da mesma linha em outra coluna, independentemente de qual lado a coluna de retorno esteja. Portanto, a alternativa C que afirma que o recurso "PROCX" é usado para procurar valores em uma tabela horizontal, a partir de uma determinada condição está incorreta, visto que pode ser utilizada para buscar valores tanto em linhas quanto colunas, portanto, tabelas horizontais ou verticais. Dessa forma, a alternativa A se trata da opção correta.

DEFERIDO



			<p>preliminar pela banca examinadora em realidade descreve a funcionalidade do recurso \ "PROCX\".</p> <p>Por outro lado, dentre as alternativas disponíveis para assinalar, existe uma alternativa que possui uma redação compatível ao enunciado pelo suporte do programa da Microsoft. A alternativa \ "A\" : \ "O recurso \ "PROCX\" é usado para localizar a primeira ocorrência de uma célula em uma tabela ou intervalo.\"</p> <p>Desse modo, conforme o exposto, de acordo com informações oriundas do suporte oficial do programa de computador em análise, necessária a alteração do gabarito preliminar. Assim, requer alteração do gabarito, considerando como correta a alternativa \ "A\".</p>	Gabarito alterado.	
000042	ADVOGADO	13-N	<p>https://support.microsoft.com/pt-br/office/fun%C3%A7%C3%A3o-procx-b7fd680e-6d10-43e6-84f9-88eae8bf5929#:~:text=A%20fun%C3%A7%C3%A3o%20PROCX%20pesquisa%20um,correspond%C3%Aancia%20mais%20adequada(aproximada).&text=*Se%20omitido%2C%20PROCX%20retornar%C3%A1%20as,branco%20que%20encontrar%20em%20lookup_array.</p> <p>A presente questão está incorreta e deve ser anulada, pois o recurso do Microsoft Excel 365 que permite criar uma referência a uma célula em outra planilha ou em outro arquivo é chamado de \ "Referência Externa\" ou \ "Link Externo\". Com ele, é possível acessar dados de outras planilhas ou arquivos sem precisar copiar e colar manualmente as informações. Para criar uma referência externa, é necessário especificar a planilha de origem, o nome da célula ou intervalo de células desejado e o caminho do arquivo, caso esteja em outro local.</p> <p>O simples recurso \ "link\" pode ser compreendido como a inserção de um site onde será direcionado para outro local, tem-se a definição de link como \ "elemento de hipermídia formado por um trecho de texto em destaque ou por um elemento gráfico que, ao ser acionado, provoca a exibição de novo hiperdocumento.\"</p> <p>Assim, o simples termo LINK não pode ser considerado correto, pois o nome que poderia ser considerado correto seria \ "Link Externo\", deste modo, por ter interpretação ambígua, a presente questão merece ser anulada.</p>	<p>Conforme suporte da Microsoft (Criar uma referência externa (link) para um intervalo de células em outra workbook - Suporte da Microsoft), o recurso do Microsoft Excel 365 que permite criar uma referência a uma célula em outra planilha ou em outro arquivo se chama referência externa ou link. Nota-se, que a referência cruzada, é utilizada para criar vínculos com outras partes do mesmo documento. Dessa forma, mantém-se a alternativa correta, letra B.</p>	INDEFERIDO
000042	ADVOGADO	14-N	<p>A presente questão possui duas alternativas corretas, pois a alternativa D não se mostra uma função que esteja correta. Conforme pode ser vislumbrado, a alternativa D apresenta que na guia \ "layout\" é possível definir o espaçamento entre as linhas do texto, contudo tal função não se encontra</p>	<p>Como pode ser observado pelo print abaixo, a única funcionalidade que não está presente na guia Layout é \ "Janela\", pois esta é uma função disponível na guia \ "Exibir\". As funcionalidades Orientação, Colunas e Espaçamento estão</p>	INDEFERIDO

			<p>presente na guia “layout” e sim encontra-se presente na guia “Página Inicial”, grupo “parágrafo”, onde, ai sim, pode ser definido o espaçamento entre as linhas do texto, conforme pode ser visualizado na captura de tela em anexo. Diante do exposto, a questão apresenta 2 (duas) alternativas que não estão corretas, satisfazendo a exceção solicita na questão. Assim, a presente questão deve ser anulada por possui 2 (duas) alternativa que deveriam ser consideradas gabarito correto.</p>	<p>presentes na guia Layout do Microsoft Word 365. Desta forma, a alternativa correta é a letra A, questão mantida.</p>	
000042	ADVOGADO	15-N	<p>A presente questão não possui alternativa correta. A alternativa dada como correta pelo gabarito preliminar é a alternativa “C”, contudo a presente alternativa limita que o recurso “PROCX” seja usado para procurar valores em uma tabela horizontal, contudo, a função PROCX consegue realizar a busca tanto na vertical, quanto na horizontal. Conforme foi brilhantemente explanado pelo sitio https://www.hashtagtreinamentos.com, a função que tem o objetivo de fazer busca na horizontal é a “PROCH” “Como já deve saber o PROCV faz uma busca de informações na Vertical, enquanto o PROCH faz uma busca de informações na Horizontal. Essa fórmula PROCX Excel consegue fazer as duas buscas com uma única fórmula, ou seja, não precisamos alterar de uma para outra caso a busca seja vertical ou horizontal.” Link acessado em 14 de maio de 2023 às 22h e 20min Diante do exposto, a questão não possui nenhuma alternativa correta, devendo ser anulada.</p>	<p>De fato, conforme suporte da Microsoft (Função PROCX - Suporte da Microsoft): a função PROCX pesquisa um intervalo ou uma matriz e retorna um item correspondente à primeira correspondência encontrada. Se não houver uma correspondência, então o PROCX poderá retornar a correspondência mais adequada(aproximada). Ainda, o suporte complementa, é utilizada para localizar coisas em linhas de uma tabela ou de um intervalo. Com o PROCX, você pode procurar em uma coluna por um termo de pesquisa e retornar um resultado da mesma linha em outra coluna, independentemente de qual lado a coluna de retorno esteja. Portanto, a alternativa C que afirma que o recurso "PROCX" é usado para procurar valores em uma tabela horizontal, a partir de uma determinada condição está incorreta, visto que pode ser utilizada para buscar valores tanto em linhas quanto colunas, portanto, tabelas horizontais ou verticais. Dessa forma, a alternativa A se trata da opção correta. Gabarito alterado.</p>	DEFERIDO
000042	ADVOGADO	19-N	<p>Praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública, de acordo com a Lei nº 8.429/1992, alterada pela Lei nº 14.230/2021. Conforme artigo 11 desta lei “Constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, caracterizada por uma das seguintes conduta” Assim, praticar ato visando fim proibido em lei ou regulamento ou diverso daquele previsto, na regra de competência, caracteriza-se uma conduta que viola os deveres de honestidade, imparcialidade e legalidade que devem ser observados pelos agentes públicos. Diante do exposto, ainda que o texto da alternativa D não conste <i>ipsis litteris</i> na legislação, pode ser facilmente</p>	<p>Não assiste razão aos candidatos, uma vez que a questão solicitava que fosse marcada a única alternativa que nos termos da Lei nº 8.429/1992 alterada pela Lei nº 14.230/2021, constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade. A resposta ao enunciado da questão está presente na alternativa “C”, com fundamento no artigo 11, IV, da Lei nº 8.429/1992 com redação dada Lei nº 14.230/2021. A alternativa “D” diferentemente do que alega o candidato, não constitui ato de improbidade administrativa que atenta contra os princípios da administração pública a ação ou omissão dolosa que viole os deveres de honestidade, de imparcialidade e de legalidade, mas constituía-se em ato contra os princípios da Administração Pública, revogado pela Lei nº 14.230/2021.</p>	INDEFERIDO

			<p>interpretado como ato de improbidade administrativa, devendo assim a alternativa D ser considerada correta também, causando assim duas alternativas corretas e por consequência a anulação da presente questão.</p>		
000042	ADVOGADO	38-N	<p>A presente questão não possui alternativa correta. A alternativa dada como correta pelo gabarito preliminar é a alternativa "C", contudo a presente alternativa limita que o recurso "PROCX" seja usado para procurar valores em uma tabela horizontal, contudo, a função PROCX consegue realizar a busca tanto na vertical, quanto na horizontal. Conforme foi brilhantemente explicado pelo site https://www.hashtagtreinamentos.com, a função que tem o objetivo de fazer busca na horizontal é a "PROCH". Como já deve saber o PROCV faz uma busca de informações na Vertical, enquanto o PROCH faz uma busca de informações na Horizontal. Essa fórmula PROCX Excel consegue fazer as duas buscas com uma única fórmula, ou seja, não precisamos alterar de uma para outra caso a busca seja vertical ou horizontal." <https://www.hashtagtreinamentos.com/formula-procx-excel?gad=1&gclid=CjwKCAjwYKjBhB5EiwAifdSfsmr4SG74ZcsfDKI0MbrOkj3sJhaCUGtRCSjNZ2mLuKKKCYGwzNXBBoCxCEQAvD_BwE> Link acessado em 14 de maio de 2023 às 22h e 20min. Diante do exposto, a questão não possui nenhuma alternativa correta, devendo ser anulada.</p>	<p>Não assiste razão ao candidato, primeiramente porque a alternativa apresentada no gabarito preliminar não é a alternativa "C" conforme narra o candidato, mas sim a alternativa "B". A alternativa correta é a "B", por força do que dispõe o artigo 24 da LINDB, conforme abaixo: Art. 24. A revisão, nas esferas administrativa, controladora ou judicial, quanto à validade de ato, contrato, ajuste, processo ou norma administrativa cuja produção já se houver completado levará em conta as orientações gerais da época, sendo vedado que, com base em mudança posterior de orientação geral, se declarem inválidas situações plenamente constituídas.</p>	INDEFERIDO
000118	ASSISTENTE LEGISLATIVO	5-A	<p>Prezada Banca de Concurso da UNIOESTE, Venho por meio deste recurso solicitar revisão da questão número [5], em virtude de irregularidades presentes nas alternativas fornecidas. A questão refere-se à Correspondência Oficial (Redação Oficial). Após uma breve análise, a alternativa "A" - Decreto, memorando e certidão - dada por correta pelo gabarito provisório, encontra-se irregular, visto que o Memorando está abolido, a partir do Manual de Redação da Presidência da República, Terceira Edição, aprovada pela PORTARIA N 1369, de 27 de dezembro de 2018 da União, havendo as seguintes estipulações: O padrão ofício: Com o objetivo de uniformizá-los, deve-se adotar nomenclatura e diagramação únicas, que sigam o que chamamos de padrão ofício. A distinção básica anterior entre os três era: a) aviso: era expedido exclusivamente por Ministros de Estado, para autoridades de mesma hierarquia; b) ofício: era expedido para e pelas demais autoridades; c) memorando: era expedido entre unidades administrativas de um mesmo órgão. Atenção: Nesta nova edição ficou abolida aquela distinção e passou-se a utilizar o termo ofício nas três hipóteses.</p>	<p>O argumento de que o gênero Memorando está abolido, conforme Portaria Federal, não se sustenta. Embora tal portaria de fato integrou 3 gêneros (incluindo o Memorando) na terminologia Padrão Ofício' (conforme se verifica na página 27 do Manual da Presidência), ela não tem escopo para além da esfera Federal. O gênero memorando continua existindo, conforme demonstram documentos que orientam a escrita oficial de outras esferas (Ver, por exemplo, a partir da página 76 do Manual de Comunicação Escrita Oficial do Estado do Paraná) e conforme mostra a prática em diversas instituições públicas. Não tendo tal orientação força de lei que se aplique a todas as instâncias, o argumento não se sustenta. Logo, fica mantido o gabarito provisório.</p>	INDEFERIDO
				<p>PARANÁ. Departamento Estadual de Arquivo Público. Manual de Comunicação Escrita Oficial do Estado do Paraná.</p>	

CÂMARA MUNICIPAL DE RAMILÂNDIA

CONCURSO PÚBLICO - 001/2023



Diante disto, solicito à Banca de Concurso da UNIOESTE que revise a validade da questão. Essa medida é fundamental para garantir a imparcialidade e a justiça no processo seletivo, assegurando aos candidatos uma avaliação adequada e em conformidade com o conteúdo programático proposto.
Agradeço a atenção.

Colaboração técnica: Escola de Governo do Paraná. 3. ed. atual. e rev. Curitiba: Departamento de Imprensa Oficial do Estado, 2014. Disponível em:
<https://www.administracao.pr.gov.br/ArquivoPublico/Pagina/Manual-de-Comunicacao-Escrita-Oficial-do-Estado-do-Parana>
a. Acesso em: 02 abr. 2023.